



GASDATERRA – SOCIEDADE DE RECONVERSÃO DE RESÍDUOS AGRÍCOLAS EM ENERGIA, LDA

UNIDADE DE PRODUÇÃO DE BIOMETANO DE TORRES NOVAS

PROJETO DE EXECUÇÃO
EIA – VOLUME IV - ANEXOS
ANEXO 7 – PATRIMÓNIO

Revisão 01

Lisboa, 9 de abril de 2026

Esta página foi deixada propositadamente em branco

REVISÃO	DATA	DESCRIÇÃO
0	02/12/2025	Emissão inicial
1	09/04/2026	Revisão – Pedido de Elementos Adicionais

Esta página foi deixada propositadamente em branco

**GASDATERRA – SOCIEDADE DE RECONVERSÃO DE RESÍDUOS
AGRÍCOLAS EM ENERGIA, LDA
UNIDADE DE PRODUÇÃO DE BIOMETANO DE TORRES NOVAS**

**PROJETO DE EXECUÇÃO
EIA – VOLUME IV - ANEXOS
ANEXO 7 – PATRIMÓNIO**

CONTEÚDO

ANEXO 7.1 – Relatório final do património arqueológico, arquitetónico e etnográfico

ANEXO 7.2 – Anexo Fotográfico

ANEXO 7.3 – Peças Desenhadas

ANEXO 7.4 – Ficha de Ocorrência Patrimonial

ANEXO 7.5 – Ficha do Sítio/Trabalho Arqueológico

ANEXO 7.6 – PATA

Esta página foi deixada propositadamente em branco

ANEXO 7.1 – Relatório final do património arqueológico, arquitetónico e etnográfico

Relatório de Final
Novembro 2025

Unidade de Produção de Biometano de Torres Novas
Estudo de Impacte Ambiental:
descriptor património arqueológico, arquitetónico e etnográfico



Adelaide Pinto
João Maurício

25.585.EIA



QUADRANTE
COMPASS GROUP

Ficha Técnica

**Unidade de Produção de Biometano
de Torres Novas**

Os trabalhos de prospeção arqueológica, foram realizados no âmbito do Estudo de Impacte Ambiental do descriptor Património Arqueológico, Arquitetónico e Etnográfico, do projeto “Unidade de Produção de Biometano de Torres Novas” De acordo com a legislação foi submetido um pedido de autorização de trabalhos à tutela, tendo os mesmos decorrido de acordo com o deferimento tácito.

A equipa afeta aos trabalhos arqueológicos foi a seguinte:

Coordenador do Projeto e Responsável Científico

Maria Adelaide Pinto

Trabalhos de Campo

Maria Adelaide Pinto e João Maurício

Realização de Relatório

Maria Adelaide Pinto e João Maurício

Torres Novas, novembro 2025

A arqueóloga responsável,

Maria Adelaide Pinto

Índice

1. Caracterização da situação de referência	4
1.1. Introdução	4
1.2. Metodologia	5
1.2.1. Considerações gerais	5
1.2.2. Enquadramento Legal	7
1.2.3. Recolha de informação	7
1.2.4. Trabalho de campo	8
1.2.5. Registo e inventário	9
1.3. Resultados	9
1.3.1. Geomorfologia	9
1.3.2. Toponímia	10
1.3.3. Pesquisa Bibliográfica e Documental	11
1.3.4. Prospeção arqueológica e Património Inventariado	14
1.3.4.1. Unidade de Produção de Biometano	16
1.3.4.2. Gasoduto	17
1.3.4.3. Linha Elétrica	17
1.4. Síntese dos Resultados Obtidos	18
1.5. Projeção da situação de referência	18
2. Identificação e avaliação de impactes	19
2.1. Introdução	19
2.2. Ações Geradoras de Impacte	21
2.3. Análise de impactes	21
2.3.1. Fase de Construção	21
2.3.2. Fase de Exploração	22
2.3.3. Fase de Desativação	22
2.4. Impactes Cumulativos	22
3. Medidas de minimização e/ou compensação dos impactes negativos e recomendações	24
3.1. Medidas Particulares/Específicas	24
3.2. Síntese das Medidas Gerais e Particulares	25
Bibliografia	26

Anexo I – Registo Cartográfico

Anexo II – Registo Fotográfico

Anexo III – Fichas de Ocorrência

Anexo IV – Ficha de Sítio / Autorização dos Trabalhos

1. Caracterização da situação de referência

1.1. Introdução

O presente documento reporta-se à caracterização do património histórico-cultural nas vertentes arqueológica, arquitetónica e etnográfica, existente na área de implantação do projeto “Unidade de Produção de Biometano de Torres Novas” e respetivo gasoduto e linha elétrica, a integrar no Estudo de Impacte Ambiental, encontrando-se a unidade e o gasoduto em projeto de execução e a linha elétrica em estudo prévio.

O projeto localiza-se no distrito de Santarém, concelho de Torres Novas e freguesia de Olaia e Paço. Implanta-se nas cartas militares de Portugal folhas n.º 320 e 330 à escala 1:25000, podendo, o seu enquadramento geomorfológico pode ser analisado na carta geológica folha n.º 27 B-Tomar, à escala 1:50000.

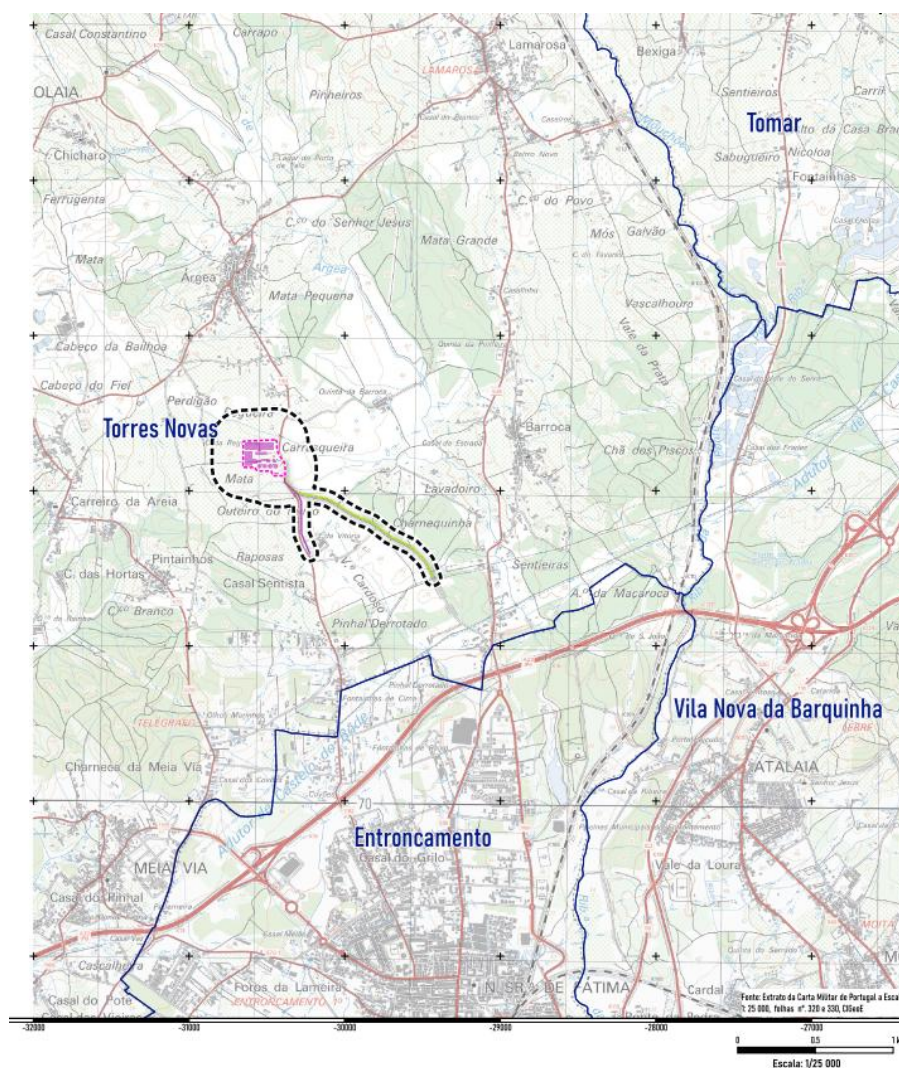


Imagem 1 – Implantação cartográfica da área projeto, na CMP n.º 320 e 330.

O projeto da Unidade de Produção de Biometano de Torres Novas será desenvolvido com base em tecnologias de digestão anaeróbia, seguida de purificação por membranas, uma tecnologia de elevada maturidade técnica (TRL 9), que assegura elevada eficiência na recuperação do metano e conformidade com as especificações técnicas exigidas para injeção na rede.

O projeto visa assim a construção e exploração de uma unidade industrial destinada à valorização de resíduos biodegradáveis (efluentes pecuários, resíduos agrícolas e agroindustriais) e a produção de biogás e subsequente upgrading a biometano com qualidade para injeção na Rede Nacional de Transporte de Gás Natural.

A unidade industrial localizar-se-á próximo da Estação de Regulação e Medição Secundária (GRMS) n.º 8309, da Tagusgás, facto particularmente relevante uma vez que o projeto prevê a injeção de biometano na rede de distribuição de gás natural. A proximidade a esta infraestrutura permite minimizar necessidades de extensão de rede e facilita a integração técnica do projeto com o sistema de distribuição existente.

O projeto integra uma abordagem de economia circular, prevendo a valorização agrícola do digerido produzido, tanto na sua fração líquida como sólida, como fertilizante natural com elevado valor agrícola.

A unidade com cerca de 5 hectares, será constituída pelos seguintes componentes principais:

- Digestores: Dois primários e dois secundários;
- Lagoas de Armazenamento

Será também dotada de:

- Instalações para resíduos sólidos;
- Infraestruturas de apoio;
- Redes Técnicas;
- Rede de Logística e Circulação;
- Instalações ambientais e de segurança

Como projetos complementares, encontram-se ainda em estudo, um gasoduto e uma linha elétrica.

1.2. Metodologia

1.2.1. Considerações gerais

A pesquisa procura identificar as ocorrências patrimoniais que de alguma forma se integram na área potencial de afetação do projeto e para as quais possa advir algum tipo de impacto.

Neste âmbito são abordados todos os vestígios, edificações, imóveis classificados e outras ocorrências de valor patrimonial, enquanto testemunhos materiais, que permitem o reconhecimento da história local.

A elaboração do estudo de caracterização das ocorrências patrimoniais envolveu três etapas essenciais:

- Pesquisa documental;
- Trabalho de campo, de prospeção arqueológica e reconhecimento de elementos construídos de interesse arquitetónico e etnográfico;
- Sistematização e registo sob a forma de inventário.

Consideram-se relevantes os materiais, os sítios e as estruturas integrados nos seguintes âmbitos:

- Elementos abrangidos por figuras de proteção, nomeadamente, os imóveis classificados ou outros monumentos e sítios incluídos nas cartas de condicionantes dos planos diretores municipais e planos de ordenamento territorial;
- Elementos de reconhecido interesse patrimonial ou científico, que não estando abrangidos pela situação anterior, constem em trabalhos de investigação, em inventários da especialidade e ainda aqueles cujo valor se encontra convencionado;
- Elementos singulares de humanização do território, representativos dos processos de organização do espaço e da exploração dos recursos naturais em moldes tradicionais;

Como resultado, analisa-se um amplo espectro de realidades ao longo do presente estudo:

- Vestígios arqueológicos em sentido estrito (achados isolados, manchas de dispersão de materiais, estruturas parcial ou totalmente cobertas por sedimentos);
- Vestígios de rede viária e caminhos antigos;
- Vestígios de mineração, pedreiras e outros indícios materiais de exploração de recursos naturais;
- Estruturas hidráulicas e industriais;
- Estruturas defensivas e delimitadoras de propriedade;
- Estruturas de apoio a atividades agro-pastoris;
- Estruturas funerárias e/ou religiosas;

A área de estudo é definida de acordo com os seguintes critérios:

- Área de Estudo (AE), corresponde à área de incidência do projeto (AI) juntamente com a zona de enquadramento (ZE);
- Área de Incidência Direta (AID), corresponde à área que é diretamente afetada pelo projeto;

- Área de Incidência Indireta (AII), corresponde à área que é passível de ser afetada no decorrer da implementação do projeto, até um máximo de 50 metros;
- Zona de enquadramento (ZE), corresponde a um buffer de no mínimo 1000 metros para além dos limites definidos no AID, podendo, no entanto, ser mais alargada;
- Área de Incidência (AI), que inclui, para além da AID e AII, um buffer adaptado a cada tipo de projeto, até um máximo de 400 metros.

1.2.2. Enquadramento Legal

Os principais documentos normativos relativos ao património são:

- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural;
- Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro que publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos;
- Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA), com as alterações sucessivas introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 47/2014 de 24 de março, pelo Decreto-Lei n.º 179/2015 de 27 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro, que o republica;
- A circular, emitida pela tutela em 10 de setembro de 2004, sobre os "Termos de Referência para o Descriptor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental";
- A circular, emitida pela tutela a 29 de março de 2023, sobre os "Termos de Referência para o Descriptor Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Avaliação de Impacte Ambiental".

1.2.3. Recolha de informação

A pesquisa bibliográfica permite traçar o enquadramento histórico da área em estudo (AI + ZE) e obter uma leitura integrada dos achados referenciados no contexto da ocupação humana do território.

Com o levantamento toponímico pretende-se identificar designações que reportam a existência de elementos construídos de fundação antiga, designações que sugerem tradições lendárias locais ou topónimos associados à utilização humana de determinados espaços em moldes tradicionais.

As características próprias do meio determinam a especificidade e a implementação mais ou menos estratégica de alguns valores patrimoniais. As condicionantes do meio físico refletem-se ainda na seleção dos espaços onde se instalaram os núcleos populacionais e as áreas nas quais foram desenvolvidas atividades depredadoras ou produtivas ao longo dos tempos.

A abordagem geomorfológica do território é fundamental na interpretação das estratégias de povoamento e de apropriação do espaço, bem como na planificação das metodologias de pesquisa de campo e na abordagem das áreas a prospetar.

A recolha de informação incidiu sobre elementos de natureza distinta:

- Levantamento bibliográfico, com desmontagem comentada do máximo de documentação específica disponível, de carácter geral ou local;
- Levantamento toponímico e fisiográfico, baseado na Carta Militar de Portugal, à escala 1: 25 000 com recolha comentada de potenciais indícios;
- Levantamento geomorfológico, baseada na Carta Geológica de Portugal, à escala 1:50 000;

O levantamento bibliográfico teve as seguintes fontes de informação:

- Inventários patrimoniais de organismos públicos (DGPC, SIPA);
- Bibliografia especializada de âmbito local e regional;
- Planos de ordenamento e gestão do território;
- A pesquisa incidente sobre documentação cartográfica e bibliográfica leva à obtenção de um levantamento sistemático de informação de carácter histórico, fisiográfico e toponímico;

Com este levantamento pretende-se identificar indícios potencialmente relacionados com vestígios e áreas de origem antrópica.

1.2.4. Trabalho de campo

Nos termos da Lei (Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro – Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos) os trabalhos de prospeção arqueológica foram previamente autorizados pelo PC, IP.

Procurou-se desempenhar as seguintes tarefas, em AI:

- Reconhecimento dos dados recolhidos durante a fase de pesquisa documental;
- Constatação dos indícios toponímicos e fisiográficos que apontassem para a presença no terreno de outros vestígios de natureza antrópica (arqueológicos, arquitetónicos e etnográficos) não detetados na bibliografia;
- Recolha de informação oral junto dos habitantes e posterior confirmação de dados ou indícios de natureza patrimonial;
- Prospeção arqueológica seletiva/sistemática da área do projeto, apoiada na sua projeção cartográfica e georreferenciação com GPS, de acordo com a legislação em vigor e circulares da DGPC;

- Prospeção sistemática (percorrer a pé, em linhas paralelas, não superiores a 20m, todas as áreas passíveis de serem observadas arqueologicamente), aplicada a toda a área das componentes do projeto.

1.2.5. Registo e inventário

Posteriormente à recolha de informação e levantamento de campo, o registo sistemático e a elaboração de um inventário facultam uma compilação dos elementos identificados.

Para o registo de ocorrências patrimoniais, é utilizada uma ficha-tipo cujo modelo apresenta os seguintes campos:

- Nº de inventário;
- Identificação (topónimo, categoria, tipologia, cronologia);
- Localização geográfica (CMP, coordenadas e altimetria);
- Localização administrativa (concelho e freguesia);
- Descrição (sítio/monumento/estrutura e espólio, referências bibliográficas);

O inventário é materializado na Carta do Património Arqueológico, Arquitetónico e Etnográfico. A cartografia tem como base a Carta Militar de Portugal 1:25 000 e as coordenadas de implantação das realidades inventariadas são expressas em WGS 84 Graus Decimais.

A análise cartográfica é fundamental para:

- Representação dos trabalhos de prospeção efetuados;
- Identificação dos espaços de maior sensibilidade patrimonial, implantação das ocorrências patrimoniais identificadas e delimitação de zonas que possam vir a ser objeto de propostas de proteção e/ou de medidas de intervenção específicas;
- Representação das condições e visibilidade do solo.

O estudo contém ainda a documentação fotográfica de referência, ilustrativa dos testemunhos patrimoniais identificados e da sua integração espacial e paisagística.

1.3. Resultados

1.3.1. Geomorfologia

O território em análise localiza-se na Bacia Terciária de Tejo, unidade geomorfológica que se identifica no quadrante SW da carta geológico n.º 27-B.

A referida Bacia do Tejo "... corresponde a uma área de subsidência que se apresenta como uma fossa alongada NE-SW, que ficou sujeita a um enchimento detrítico Terciário e Quaternário, com algumas incursões marinhas e salobras, correspondentes aos máximos das transgressões miocénicas." (DIAS, 1993). A estrutura da bacia é simples sendo constituída por formações de arenitos argilosos e conglomeráticos, e correspondem a "...uma superfície de aplanção

subestrutural suportada pelos calcários de Santarém e Almoester, degradada pelo entalhe das linhas de água que se iniciam no bordo sul, do Maciço Calcário Estremenho”. (MANUPPELLA, et al.).

Geologicamente a área em análise localiza-se, tal como já foi referido em contextos do Miocénico Superior (Calcários de Santarém e Almoester), muito próximo dos níveis Holocénicos e Plistocénicos formados nas margens do rio, nomeadamente alguns níveis de terraços Q^5 e Q^6 .

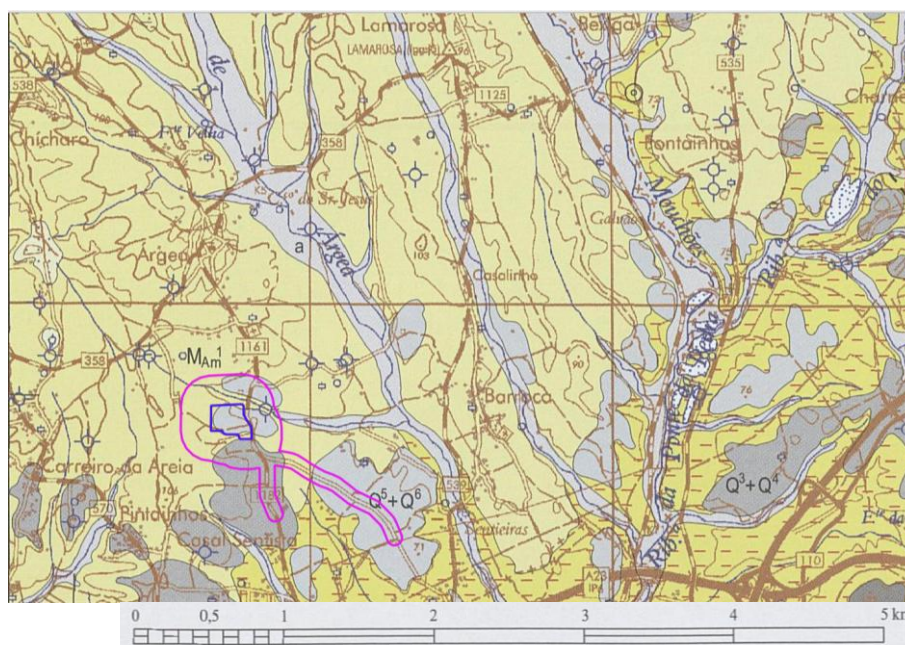


Imagem 2 – Enquadramento geológico da área de estudo, na CGP n.º 27-B, à escala 1:50 000.

As características do meio físico vão sem dúvida refletir-se na seleção dos espaços onde as comunidades humanas se estabeleceram e desenvolveram as suas atividades. Assim a análise da geomorfologia de uma região é fundamental na interpretação das estratégias de povoamento e consequentemente na adoção de metodologias de trabalho de prospeção, fato que na área em análise é atestado pela existência de ocorrências arqueológicas, nomeadamente da pré-história e de época romana, implantadas junto das linhas de água e dos terrenos férteis.

1.3.2. Toponímia

A toponímia reflete os sentimentos e a personalidade das pessoas, memória figuras de relevo, épocas, factos históricos, usos e costumes. Desta forma, através do levantamento toponímico, realizado na ZE, é possível identificar designações com interesse, que reportam a existência de elementos construídos de fundação antiga, designações que sugerem tradições lendárias locais ou topónimos associados à utilização humana de determinados espaços em moldes tradicionais.

A análise da cartografia disponível, permite-nos verificar a ocorrência de alguns topónimos, no território de implantação do projeto. As características fisiográficas e as abundantes linhas de água, foram propícias à fixação de comunidades humanas, ao longo dos tempos, ocorrendo designações relacionadas com a ocupação humana, quer em pequenos núcleos de povoamento, quer no que respeita ao desenvolvimento das suas atividades económicas, ou mesmo da religiosidade popular:

- "Quinta da Barroca", "Casal do Domingos", "Quinta da Vitoria", "Casal do Sentista", "Casal da Estrada", "Casalinho";
- "Lagar do Porto de Velo", "Mós", "Lavadoiro";
- "Cabeço do Bom Jesus", "Casal do Padre".

Também as características do coberto vegetal, são passíveis de análise no registo toponímico:

- "Casal das Figueiras", "Casal do Freixo", "Casal das Hortas", "Mata", "Pinheiros", "Mata Grande".

Será ainda de referir que alguns destes topónimos apontam igualmente para áreas com potencial arqueológico e histórico, como é o caso da designação: "Quinta da Rainha", "Mós".

1.3.3. Pesquisa Bibliográfica e Documental

Campanhas de trabalhos arqueológicos realizadas ao longo dos anos por todo o concelho têm revelado níveis de ocupação desde a Pré-História à Romanização. Para a área correspondente ao tecido antigo da cidade, os testemunhos de ocupação mais recuados, se excetuarmos a descoberta do sepulcro pré-histórico do Convento do Carmo, não vão além da Alta Idade-Média, sendo ainda assim pouco expressivos.

A ocupação medieval é sem dúvida o horizonte mais conhecido prendendo-se com a construção do Castelo. Esta estrutura defensiva foi fundada no século XI I e após as destruições infligidas pelas incursões almóadas foi reconstruído por D. Sancho I. O recinto e cerca foram posteriormente reedificadas no reinado de D. Fernando após as guerras com Castela (CONDE, 2000: 361).

Esta situação de «território de fronteira» perduraria por mais um século. A principal preocupação dos cristãos seria a do reforço e consolidação do povoamento dos baluartes defensivos recém-adquiridos. Um vasto movimento migratório seria iniciado, de modo a consumir o domínio efectivo daquelas terras, dinamizando-as economicamente, estimulando a sua rentabilização. A migração das populações cristãs, sobretudo vindas do norte, consolidaria a ocupação deste território nos séculos seguintes, mantendo o estatuto de área fundamental na rede defensiva do país.

Quanto ao protagonismo específico de Torres Novas, os conteúdos da Carta de Foral de Sancho I de 1190 adivinham já alguns sinais denunciadores da estabilização da emergência do fenómeno urbano, podendo ser visto como símbolo do culminar do processo de ocupação daquele território. O vinco medieval de Torres Novas reconhece-se pela sua estrutura defensiva: o castelo, situado num ponto destacado, e as muralhas que defendiam o espaço urbano e delimitavam o espaço rural. A fortificação foi murada de grossa cantaria, com as suas seteiras, vigias, adarve e alambor, abrindo-se para Sul, pelo arco das casas da Alcaidaria-Mor, em cotovelo franqueado por torres de proteção. Tinha dois postigos, um a Este, de acesso à cerca da vila, e outro a Norte, que a tradição identifica como a porta da traição, caindo quase a prumo sobre o fosso natural do rio Almonda. A Este cresceu a Almedina defendida pelos muros da cerca que tinha três portas – o Arco de Santa Maria, a Oeste, junto da Igreja de Santa Maria, o Arco da Praça, a Sul, junto da Praça Nova, e o Arco do Salvador ou Arco da Luz [acolhia uma imagem de Nossa Senhora Luz], a Este, junto da Igreja do Salvador – as quais seriam os pólos a partir dos quais se dinamizava a atividade da vila. Um postigo era aberto a N permitindo o acesso rápido ao rio, desembocando esse caminho no Porto dos Surdos – era esse o Arco do Vento.

Passado o período de instabilidade fronteiriça do país, a ocupação da vila torrejana consolidara-se em função de uma economia diversificada com o alargamento de atividades produtivas que se viriam a revelar determinantes no pulsar desse aglomerado. Por consequência desta nova dinâmica, o seu núcleo urbano cresceu, extravasando os limites da cerca. Nos Séculos XIII e XIV paulatinamente, mesterais e comerciantes suplantam os limites da cerca ocupando o arrabalde que se expande predominantemente a SO e S do morro da fortificação, em terrenos planos abrigados pelas suaves elevações das colinas do Babalhau e Arrábida e delimitados pela linha sinuosa do rio Almonda. A ligação ao rio é definitivamente assumida, principalmente no lado SE, sendo o tecido urbano dessa zona delineado em função dos caminhos que ligavam a cerca à margem do Almonda. É nesta expansão que surge a Rua Direita, hoje Rua Miguel Bombarda e que se assume como importante eixo extra-muros.

A vila continuou a crescer nos séculos XV e XVI mas com poucas alterações no tecido urbano apesar do incremento do número de fogos. Esse crescimento fez-se, por um lado, dentro do perímetro urbano e, por outro, para o arrabalde onde se observam sinais de consolidação do urbanismo de ocupação do arrabalde, como a existência de uma área periurbana nas zonas ribeirinhas de Santo André e Santo Espírito, para onde foram relegados os ofícios insalubres, e a aplicação do modelo prático socioprofissional e de segregação religiosa. O núcleo urbano de Torres Novas continuou, pois, a dinâmica urbana traçada desde finais do século XIII, mantendo a matriz medieval do desenho dos arruamentos, mas verificando-se a expansão a partir dos eixos viários principais e distribuição radial dos arruamentos.

No final do século XVIII e começo do XIX a vila sente os primeiros sinais de uma pré-industrialização como o demonstram as fundações de várias fábricas junto ao rio. As instalações destas unidades fabris expandiram os limites da vila para a margem esquerda do rio Almonda, e progressivamente, ao longo da centúria de Oitocentos, foi-se perdendo traçado urbanístico medieval.

A área do projeto em análise, localiza-se na união de freguesia de Olaia e Paço, no limite Este do concelho, um território ainda bastante agrícola e onde os registos da ocupação humana remontam à pré-história (CNS: 22649 "Vascalhouro" e CNS: 22611 "Mata Cimeira"), sendo, no entanto, a época romana/alta Idade Média, aquela que se encontra melhor representada. Da totalidade das ocorrências conhecidas na freguesia (total de 12 ocorrências), 9 enquadram-se nesta tipologia e correspondem grosso modo a habitats e vestígios de superfície, com materiais arqueológicos maioritariamente cerâmicos. Destas ocorrências destacam-se os sítios CNS:11782 "Casal da Telha/S.Brás" e CNS: 22613 "Olaia 1" e CNS: 22614 "Olaia 2", 3 sítios com interesse para o conhecimento deste período na região, sendo que o "Casal da Telha", foi já alvo de intervenções arqueológicas. Há ainda a referir um troço de uma calçada romana, integrante do itinerário antonino CNS:41387 "Casal da Quebrada/Bom Amor", e um outro já na freguesia anexa CNS:13834 "Casal da Quebrada/Bom Amor", bem como uma inscrição romana, CNS:6260 "Casa dos Fidalgos de Vargos", correspondente a uma grande lápide sepulcral, que atestam a consolidação da ocupação romana nesta região.

Por fim será de mencionar a identificação, em 1873, junto da atual Igreja matriz da Olaia, de 6 cabeceiras de sepulturas atribuídas ao séc. XIII e XVI CNS: 4419 "Olaia", atualmente depositadas no Museu de Santarém. Esta ocorrência vem assim atestar a continuidade de ocupação já durante a Idade Média.

No século XVIII, há já o registo das freguesias da Olaia e Paço, cada uma delas com vários lugares.

No que respeita a património classificado ou em vias de classificação, integrado na freguesia da Olaia e Paço, apenas se encontra inventariado o denominado "Casa dos Vargos e Capela de Santa Ana" (Monumento de Interesse Municipal) de casa nobre maneirista, barroca e romântica, atribuída ao séc. XVIII. O referido troço da estrada romana CNS:13834 "Casal da Quebrada/Bom Amor", encontra-se atualmente em vias de classificação.

Refere-se que não foram recolhidas informações orais de interesse para o património, não havendo por isso, resultados a apresentar.

1.3.4. Prospeção arqueológica e Património Inventariado

A área de implantação da unidade de Biometano de Torres Novas, corresponde a uma área com cotas pouco elevadas, ondulado ligeiro, recortada por pequenas linhas de água, sendo a mais significativa um afluente da Ribeira de Árgea. De fácil acesso, cortada por uma estrada de terra no sentido Este/Oeste, encontrava-se à data dos trabalhos de campo, completamente limpa de qualquer tipo de vegetação. A análise das imagens históricas, permite-nos verificar que até ao ano de 2013, a área encontrava-se ocupada por um Olival de carácter intensivo, o que terá provocado afetação do subsolo.

Os trabalhos de campo, iniciaram-se pela observação da paisagem envolvente, de modo a perceber o tipo de impacte, prosseguindo-se com a prospeção sistemática da totalidade do projeto.

Foram assim, e de acordo com a metodologia em vigor, objeto de prospeção as áreas afetadas pelos seguintes elementos de projeto:

- Unidade de produção;
- Gasoduto;
- Linha Elétrica.

De um modo geral a visibilidade do solo foi classificada como “Boa”, excetuando no corredor de estudo do gasoduto, onde o denso coberto arbóreo, condicionou os trabalhos de prospeção, para além dos limites do caminho de terra batida. Em anexo é apresentada a respetiva Carta de Visibilidades do Solo (Anexo I).

Visibilidades do Solo	
Reduzida	Boa
	

Foto 1 e 2 – Exemplo dos diferentes tipos de visibilidade do solo identificados.

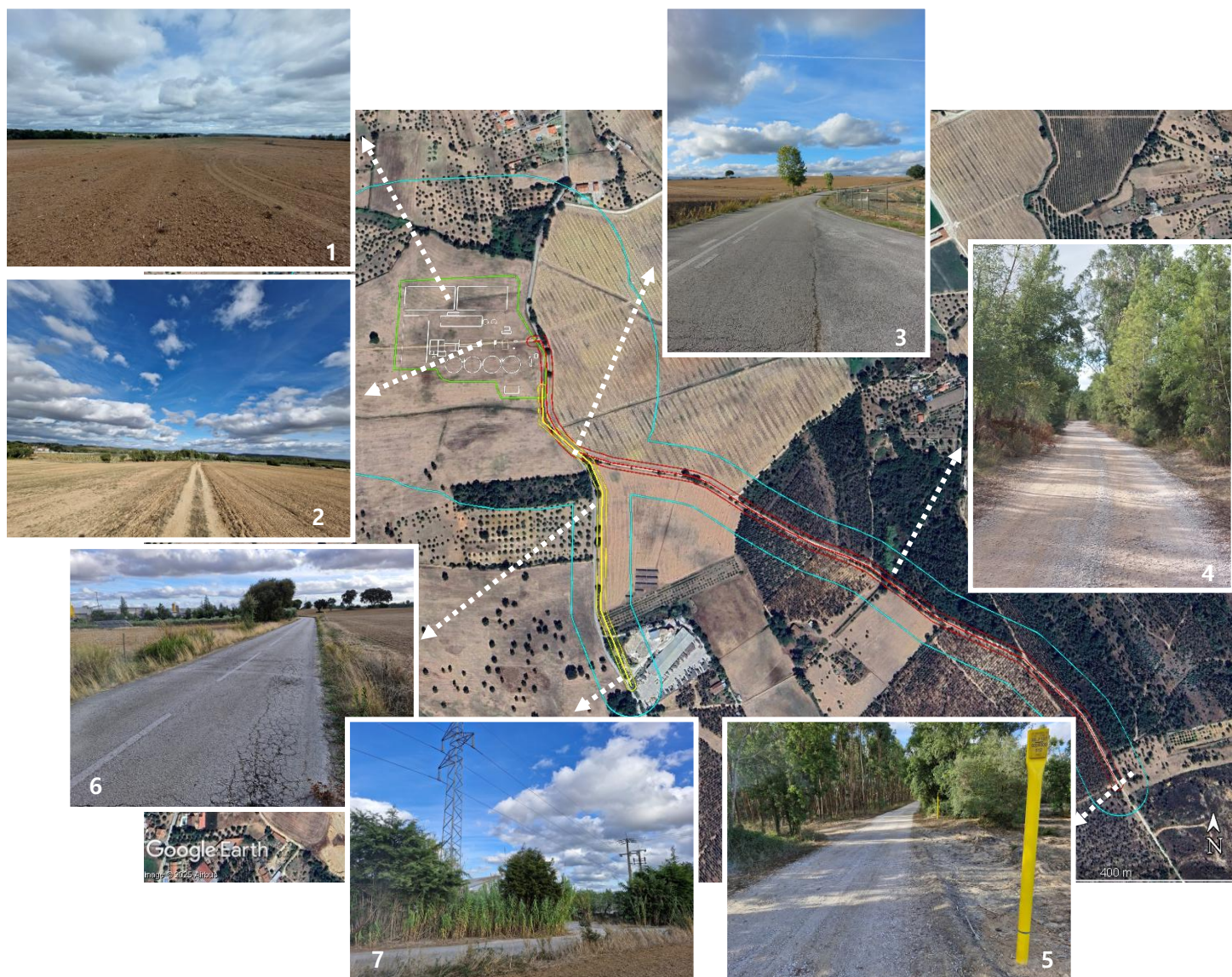


Imagem 3 – Principais características da área de estudo: Fot.1 e Fot.2 – Vista geral da área onde será instalada a unidade de biometano; Fot.3 – Estrada 1182 onde se desenvolvem em paralelo a LE e o gasoduto; Fot.4 e 5 – Traçado do gasoduto e local de ligação; Fot. 6 e 7 – Traçado da LE e ligação.

1.3.4.1. Unidade de Produção de Biometano

A unidade de produção de Biometano, com cerca de 5 hectares, implanta-se, tal como já foi referido numa superfície plana, com ligeiro ondulado, sem qualquer coberto vegetal, sendo visível a cobertura sedimentar, constituída pelos depósitos do Quaternário. Pontualmente observou-se fragmentos do substrato (calcários e margas), que os revolvimentos das lavras anteriores trouxeram para a superfície.

Os trabalhos de prospeção foram assim facilitados, tendo sido possível a observação direta da superfície do terreno, na totalidade da área a afetar pelo projeto.



Foto 3 e 4 – Vistas gerais da área de implantação do projeto, norte e sul respetivamente, onde se observa a boa visibilidade do solo na totalidade da área.

A área de implantação do projeto, apresenta características favoráveis, no que respeita às condições geomorfológicas e fisiográficas, ao aparecimento de vestígios arqueológicos, nomeadamente no que respeita à pré-história e época romana. Tal fato veio a confirmar-se, no decorrer dos trabalhos de prospeção, tendo-se identificado uma nova ocorrência patrimonial. Denominada "Mata" OP1, a ocorrência corresponde uma mancha de materiais líticos de provável cronologia do Paleolítico Superior, constituída maioritariamente por lascas em quartzo, embora se tenha identificado cerca de uma dezena em sílex. Destaca-se a identificação de um utensílio em sílex (denticulado). Foi ainda identificado um conjunto de termoclastos. Os materiais encontram-se dispersos por uma área de cerca de 7000m², com duas áreas de maior concentração [*locus* a) e b)], coincidente com a existência à superfície de depósitos mais arenosos.



Foto 5 e 6 – OP1 "Mata", vista das duas áreas de maior concentração [*locus* a) e b)].



Foto 7 e 8 – Conjunto de espólio lítico e alguns termoclastos identificado no *locus* a).

Foto 9 – Conjunto de espólio identificado no *locus* b).

1.3.4.2. Gasoduto

O traçado do gasoduto irá permitir a ligação da unidade de produção, ao Gasoduto Nacional, numa extensão de 1335 metros. Inicialmente sobrepõem-se à estrada 1182, em cerca de 200 metros, desenvolvendo-se depois sob estrada de terra, que atravessa uma área maioritariamente florestal, até ao corredor do Gasoduto Nacional.

Os trabalhos de prospeção no corredor de estudo foram condicionados pelo coberto vegetal denso, bem como pela existência de propriedades vedadas. No entanto, uma vez que o traçado do gasoduto se sobrepõe na totalidade a caminhos já existentes, os possíveis impactes encontram-se minimizados.

1.3.4.3. Linha Elétrica

A linha elétrica a construir, com cerca de 570 metros de comprimento, encontra-se em fase de estudo prévio, no entanto dada a sua dimensão e ausência de alternativas, foi objeto de trabalhos de prospeção sistemática. Será, no entanto, de referir que grande parte do traçado proposto sobrepassa uma propriedade vedada, onde não foi possível aceder, o que condicionou os resultados. Tentou-se minimizar esta situação com a prospeção de terrenos acessíveis e com boa visibilidade, na área do corredor em estudo.

1.4. Síntese dos Resultados Obtidos

A recolha bibliográfica e documental efetuada, não registou ocorrências patrimoniais na área do projeto, encontrando-se a mais próxima a mais de 1 quilómetro. Dos trabalhos de campo resultou a identificação de um novo sítio arqueológico, OP1 "Mata", correspondente a uma mancha de materiais líticos de provável cronologia do paleolítico superior.

N.º	Designação	Categoria Tipo sítio Cronologia	Localização	Coordenadas ¹	Fonte
OP1	Mata	Arqueológico Mancha de materiais Paleolítico Superior	Santarém Torres Novas Olaia e Paço	locus a) 39.499538 -8.488900 locus b) 39.499650 -8.487804	Inédito

Tabela 1 – Síntese das ocorrências patrimoniais identificadas.

1.5. Projeção da situação de referência

Face ao exposto, verifica-se que a evolução da situação de referência na ausência de Projeto, a prior, não representa qualquer tipo de ameaça para o património arqueológico, arquitetónico e etnográfico.

No entanto, a ocorrência arqueológica identificada, encontra-se suscetível de afetação, caso ocorram trabalhos agrícolas.

¹ Duas áreas de maior concentração

2. Identificação e avaliação de impactes

2.1. Introdução

Com base no estudo de caracterização realizado é estabelecido o potencial patrimonial da área de incidência do Projeto, que contribuiu para definir eventuais áreas de maior sensibilidade e determinar o grau de risco considerando a presença/ausência de vestígios arqueológicos.

Na análise dos impactes ambientais é contemplada a natureza do impacte, a sua duração e abrangência espacial e a sua significância/importância.

A Natureza do Impacte é classificada como:

- Positiva: quando existem efeitos benéficos;
- Negativa: quando existem efeitos adversos;
- Indiferente: quando não existem efeitos nem adversos nem benéficos (situação mantém-se).

Duração:

- Temporário: quando a perturbação
- o se faz sentir apenas durante uma parte da vida do projeto sendo as condições originais restauradas naturalmente;
- Permanente: quando a perturbação se faz sentir durante todo o tempo vida do projeto e/ou para lá deste.

Abrangência Espacial:

- Local: quando os efeitos (adversos/benéficos) se fazem sentir na área geográfica do concelho;
- Regional: quando os efeitos (adversos/benéficos) se fazem sentir para lá da área geográfica do concelho.

Ao nível de análise do significado do impacte, para além da natureza do mesmo, deve analisar-se igualmente a importância específica dos elementos patrimoniais.

Esta importância é determinada a partir de uma valoração dos elementos patrimoniais estipulada de acordo com os seguintes critérios:

- Potencial científico.
- Significado histórico-cultural.
- Interesse público.
- Raridade / singularidade.
- Antiguidade.
- Dimensão / monumentalidade.
- Padrão estético.
- Estado de conservação.
- Inserção paisagística.

A partir destes critérios, foram definidos os seguintes três patamares de valor atribuíveis:

- Elevado: atribuído ao património classificado, ao património construído de valor arquitetónico e etnográfico e os sítios arqueológicos únicos.
- Médio: atribuído a sítios e estruturas com grandes potencialidades de revelar pertinência científica, sem que tenham sido alvo de investigação profunda e a vestígios de vias de comunicação enquanto estruturantes do povoamento.
- Reduzido: contempla as ocorrências com fracos indícios de valor patrimonial, elementos de valor etnográfico muito frequentes e os sítios arqueológicos definidos por achados isolados ou os sítios escavados nos quais foi verificado um interesse muito limitado.

Para avaliar os potenciais impactes do Projeto, para além do valor atribuído ao elemento arqueológico em causa, que determina a magnitude do impacte é considerada ainda a distância relativamente às infraestruturas a construir que determina a probabilidade de ocorrência dos impactes, a qual é tanto maior quanto menor for a distância.

Definiu-se assim uma matriz de avaliação de impactes tendo por base estes parâmetros e as seguintes escalas de gradação:

- Magnitude do Impacte:
 - Valor patrimonial elevado – elevada (5);
 - Valor patrimonial médio – média (3);
 - Valor patrimonial reduzido – reduzido (1).
- Probabilidade:
 - 0m (área do projeto) – impacte certo (5);
 - 0m a 25m – impacte provável (3);
 - 25m a 50m – impacte pouco provável (2);
 - Superior 50m – impacte anulável (0).

A significância dos impactes é obtida pelo produto dos parâmetros definidos, considerando-se que os limites são:

- Muito Significativos – quando Magnitude x Probabilidade ≥ 25 ;
- Significativos – quando Magnitude x Probabilidade ≥ 9 e < 25 ;
- Pouco Significativos – quando Magnitude x Probabilidade ≥ 3 e < 9 ;
- Muito pouco significativos – quando Magnitude x Probabilidade < 3 .

2.2. Ações Geradoras de Impacte

A implementação do Projeto tem associado um conjunto de ações com potenciais impactes ambientais, decorrentes das diversas fases de desenvolvimento do mesmo.

Fase de Pré-Construção e Construção

- AGI 1: Desmatção e limpeza da camada vegetal na área de implantação;
- AGI 2: Movimentação de terras: escavações, aterros e regularização topográfica para fundações, bacias de retenção e sistemas de drenagem;
- AGI 3: Execução de fundações em betão para digestores, tanques, gasómetros, edifícios técnicos e estruturas metálicas;
- AGI 4: Circulação de viaturas pesadas na envolvente e interior da área de implantação, associada ao transporte de materiais e equipamentos;
- AGI 5: Funcionamento de maquinaria e equipamento pesado na área de construção;
- AGI 6: Instalação da rede de drenagem de águas pluviais;
- AGI 7: Construção dos parques de estacionamento e das vias internas;
- AGI 8: Instalação das redes técnicas de abastecimento de água, energia elétrica, controlo e instrumentação;
- AGI 9: Recuperação ambiental e paisagística das zonas temporariamente intervencionadas.

Fase de Exploração

- AGI 10: Inspeção, monitorização e manutenções periódicas;

Em fase de exploração, qualquer trabalho relacionado com a inspeção, monitorização e manutenção periódicas, dos equipamentos, que impliquem a intrusão no solo ou subsolo ou o uso de maquinaria pesada, podem provocar impacte sob as ocorrências já identificadas, ou outras que se venham a identificar em fase de construção.

Fase de Desativação

- AGI 31: Recuperação paisagística de toda a área intervencionada.

Em fase de desativação devem sempre ser considerados impactes negativos, quaisquer trabalhos de intrusão no solo e subsolo.

2.3. Análise de impactes

2.3.1. Fase de Construção

De acordo com as AGI atrás enunciadas, as intervenções a executar no âmbito da implementação do projeto, potencialmente geradoras de impactes no âmbito patrimonial são todas as ações

intrusivas no terreno. Destacam-se a desmatização, a intrusão no solo e subsolo, nomeadamente, a movimentação e revolvimento de terras, a abertura de fundações, a abertura de valas e sapatas. Com base nos dados disponíveis, considera-se que estas ações apresentam impactes sob elementos de valor patrimonial conhecidos nomeadamente sobre a ocorrência OP1, que se encontra em AID do projeto.

Nº	Designação	Categoria Tipo de Sítio Cronologia	Valor Patrimonial	Área de Estudo	Distância ao projeto	Probabilidade de Impacte	Significância
OP1	Mata	Arqueológico Mancha de materiais Paleolítico Superior	Médio (3)	AID	0 metros	Certo (5)	Significativos

Tabela 2 – Síntese da avaliação de impactes.

Deve ainda ser considerado um eventual impacte negativo, sob ocorrências, que possam vir a ser identificadas no decurso da obra, cuja significância é considerada indeterminada.

2.3.2. Fase de Exploração

Em fase de exploração, qualquer trabalho relacionado com a inspeção, monitorização e manutenção periódicas, dos equipamentos, que impliquem a intrusão no solo ou subsolo ou o uso de maquinaria pesada, podem provocar impacte sob as ocorrências já identificadas, ou outras que se venham a identificar em fase de construção.

2.3.3. Fase de Desativação

Em fase de desativação devem sempre ser considerados impactes negativos, quaisquer trabalhos de intrusão no solo e subsolo.

2.4. Impactes Cumulativos

Para a avaliação dos impactes cumulativos, foi tido em consideração a articulação do atual projeto, com outros projetos preconizados para a zona em avaliação (projetados ou já existentes). O território em análise, caracteriza-se do ponto de vista da ocupação humana, como um território com boas condições geomorfológicas propícias à fixação humana, conhecendo-se sítios arqueológicos, que remontam à Pré-História. Com a emergência das comunidades agro-pastoris, também os vales férteis, vão ser fortemente aproveitados, áreas que em época romana, vão novamente ser locais muito procurados, aspeto corroborado no património inventariado no território. Para além do património já conhecido, ocorre ainda a forte probabilidade da

identificação de novas ocorrências patrimoniais, em resultado dos trabalhos de prospeção arqueológica desenvolvidos no âmbito de outros processos de EIA.

Face a este contexto, a potencial afetação de ocorrências patrimoniais, em resultado da implementação dos projetos, é um fato a considerar, ocorrendo assim o desaparecimento/afetação de um maior número de sítios. Será, no entanto, de salientar, que o desenvolvimento, quer do projeto em avaliação, quer dos restantes projetos existentes na envolvente, têm sempre em consideração a salvaguarda das ocorrências patrimoniais conhecidas, havendo assim, uma adaptação de cada projeto, à realidade patrimonial existente. Desta forma, grande parte dos potenciais impactes são reduzidos, através da referida adaptação, minimizando qualquer afetação direta. Por outro lado, caso a afetação seja inevitável, são ainda propostas medidas de minimização específicas, que permitem a sua salvaguarda pelo registo.

Por fim será de referir que o conjunto de projetos, podem de alguma forma trazer oportunidades, no que respeita ao conhecimento do património da região, como seja a identificação de novos sítios arqueológicos; o desenvolvimento de novos projetos de investigação relacionados com os novos conhecimentos e a valorização e divulgação do património identificado, desde que, minimizando a afetação direta e respeitando as medidas de minimização/salvaguarda.

3. Medidas de minimização e/ou compensação dos impactes negativos e recomendações

Em correlação com a anterior reflexão sobre os potenciais impactes do Projeto sobre valores patrimoniais, neste capítulo são apresentadas soluções concretas de minimização dos impactes negativos, inevitáveis, irremediáveis ou irreversíveis, bem como propostas soluções para uma preservação harmoniosa de elementos patrimoniais cuja integridade possa ser salvaguardada, numa perspetiva de valorização ou recuperação.

As medidas proponíveis aplicam-se de acordo com a seguinte definição da gradação de condicionantes:

- Nível 1: condicionam a obra e as ações intrusivas, impondo uma delimitação rigorosa de área protegida até 50 m em torno (conforme estabelecido na legislação).
- Nível 2: condicionantes que, embora não impeçam o prosseguimento local do projeto, impõem um estudo diagnóstico prévio, a necessidade de uma avaliação da área efetiva dos vestígios e a sua aprofundada caracterização.
- Nível 3: por princípio não resultam em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras.

3.1. Medidas Particulares/Específicas

De acordo com a análise de impactes atrás efetuada, verificou-se que ocorrem potenciais, impactes sobre elementos de valor patrimonial. São considerados como certos os impactes sobre a ocorrência OP1 "Mata" o que implica a aplicação de medidas de **Nível 2**, que embora não impeçam o desenvolvimento do projeto, impõem a aplicação de medidas concretas de minimização.

Na tabela seguinte apresenta-se uma síntese das medidas específicas a aplicar.

Nº	Designação	Categoria Tipo de Sítio	Significância dos Impactes	Medidas de Minimização
OP1	Mata	Arqueológico Mancha de materiais Paleolítico Superior	Significativos	- Sondagens manuais de diagnóstico, prévias à fase de construção

Tabela 3 – Síntese das medidas de minimização propostas.

3.2. Síntese das Medidas Gerais e Particulares

Apresenta-se, de seguida as medidas, gerais e particulares, a aplicar em cada fase do projeto;

Fase Prévia à Construção/Licenciamento

- Pat 1 Realização de sondagens arqueológicas manuais de diagnóstico prévias à fase de construção;
- Pat 2 Solicitar à tutela autorização para trabalhos arqueológicos de acompanhamento do projeto;

Fase de Construção

- Pat 3 Realizar trabalhos de prospeção arqueológica, em todas as áreas classificadas com reduzida/nula visibilidade do solo, bem como todas as eventuais áreas, não contempladas em projeto de execução, após trabalhos de desmatção;
- Pat 4 Realizar o acompanhamento arqueológico, permanente, na fase de desmatção e decapagem superficial do terreno e de todas as etapas de construção, dos diferentes projetos, que consistam na mobilização de sedimentos (escavação, revolvimento e aterro), com afetação no solo e subsolo;
- Pat 5 Os trabalhos de acompanhamento arqueológico devem ser desenvolvidos, de acordo com o número de frentes, por um arqueólogo ou uma equipa devidamente credenciada para o efeito pela tutela, e com experiência comprovada em contextos paleolíticos;
- Pat 6 Assegurar que a descoberta de quaisquer vestígios arqueológicos nas áreas de intervenção obriga à suspensão imediata dos trabalhos no local e à sua comunicação ao órgão competente da Tutela e demais autoridades, em conformidade com as disposições legais em vigor. A afetação irreversível de vestígios arqueológicos implica trabalhos arqueológicos e de conservação complementares;

Fase de exploração

- Pat 7 Salvar a integridade de todas as OP's que possam vir a ser identificadas e com não sejam diretamente afetadas pelo projeto;

Fase de desativação

- Pat 8 Salvar a integridade de todas as OP's que possam vir a ser identificadas e com não sejam diretamente afetadas pelo projeto;

Para as fases de Exploração e Desativação devem ser ainda considerados os resultados da fase de construção, que pode determinar a adoção de outras medidas específicas.

Bibliografia

- ABREU, Diogo (1991) – “Aspectos do Povoamento no Maciço Calcário Estremenho”. Actas das Primeiras Jornadas Ambiente Cársico e Educação Ambiental. Publicações do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.
- ALARCÃO, Jorge de (1987) – Portugal Romano. Lisboa: Editorial Verbo. 4ª Edição.
- ALARCÃO, Jorge de (1989) - “O território de Sellium” Actas do Seminário O Espaço Rural na Lusitânia, Tomar e o seu Território Tomar.
- ALMEIDA, Francisco José Nunes da Silva e, ANGELUCCI, Diego E., GAMEIRO, C., CORREIA, J. e PEREIRA, T. (2004) - Novos dados para o paleolítico superior final da estremadura portuguesa: resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos de 1997/2003 na Lapa dos Coelhos (Casais Martanes, Torres Novas). In Promontoria, Ano 2, nº 2. Faro: Universidade do Algarve.
- ANDRADE, M. A. MAURÍCIO, J.; SOUTO, P. (2010), «Contributo para a definição das práticas funerárias neolíticas e calcolíticas no Maciço Calcário Estremenho», in: Nova Augusta: Revista de Cultura, nº 22, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- ANDRADE, M (2015) – “Contributo para a definição das práticas funerárias neolíticas e calcolíticas no Maciço Calcário Estremenho. 2: As placas votivas da “necrópole megalítica” das Lapas (Torres Novas) e o hipogeísmo na Alta Estremadura”. In Nova Augusta. nº 27, Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas
- ARAÚJO, Ana Cristina & ZILHÃO, João (1991) – Arqueologia do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Coleção Estudos. N.º 8. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.
- ARAÚJO, Ana Cristina (2003) – “O Mesolítico inicial da Estremadura”. Muitas gente, poucas antas?. Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Trabalhos de Arqueologia: 25. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- BICHO, J. (2001), Património artístico do concelho de Torres Novas, 2.ª ed., Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- BORGES, Nelson (2015) – Análise da Sensibilidade Arqueológica do Concelho de Torres Novas. Fase I – Levantamento Patrimonial.
- CARREIRA, C. (2005), Cerâmicas modernas do Palácio Mogo de Melo de Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- CARREIRA, Júlio Roque (1966) - As ocupações das Idades do Cobre e do Bronze na Lapa da Bugalheira (Torres Novas). In Nova Augusta. Torres Novas. 10
- CARREIRA, J. (1996) – “A Necrópole Megalítica das Lapas”, in: Nova Augusta n.º 10. Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- CARVALHO, António Faustino (2003) - O Neolítico antigo no Arrife da Serra d'Aire. Um case study da neolitização da Média e Alta Estremadura. In Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Trabalhos de Arqueologia 25. Instituto Português de Arqueologia
- CARVALHO, António Faustino (2019) – “Hipogeu campaniforme do Convento do Carmo (Torres Novas) ”. Estudos e documentos: 12. Município de Torres Novas.
- CARVALHO, António Manuel Faustino (1998) - Abrigo da Pena d'Água (Rexaldia, Torres Novas): resultados dos trabalhos de 1992/1997. In Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 1:2, p. 7380.

- CMTN (1994) – “Sondagem arqueológica no Castelo de Torres Novas, relatório preliminar”, in: Nova Augusta n.º 8. Torres Novas
- CONDE, M. (2000) – “Uma Paisagem Humanizada. O Médio Tejo nos Finais da Idade Média”. Cascais: Patrimonia Historica, 2000. 2 Volumes.
- CORTE-REAL, Artur Manuel de Castro (1994) - Intervenção arqueológica de emergência na Quinta da Silvã. In Nova Augusta n.º8. Torres Novas.
- COSTA, Cláudia; RODRIGUES, Filipa; COSTA, Teresa; LOPES, Gonçalo (2007) - “Intervenção Arqueológica no nº 121 da Rua Carlos Reis (Torres Novas). Primeiros Resultados.”, in: Nova Augusta, nº 19, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- COSTA, Cláudia; LOPES, Gonçalo (2009) – “Proposta de um instrumento de gestão do património arqueológico de Torres Novas”, in: Nova Augusta, nº 21, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- DAURA, J. et alli (2017) - O crânio humano acheulense do Plistocénico Médio da Gruta da Aroeira. Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- DIOGO, A. M. D. e CATARINO, J (1996) - “Materiais do Castelo Velho de Riachos (Torres Novas)”, in Artefactos Vol. 2
- FERNANDES, J.P (2018) – “As Grutas das Lapas”. Estudos e Documentos 11. Camara Municipal de Torres Novas
- FERREIRA, Maria Mulize Neves (1998) - As cerâmicas medievais/modernas do Abrigo da Pena d'Água (Torres Novas). In Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 1:2.
- GAMA, J. (1999) – “Contributo para o conhecimento da romanização no concelho de Torres Novas”, in: Nova Augusta n.º 11. Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- GONÇALVES, A. (1935) — Torres Novas. Subsídios para a sua história, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- GREGÓRIO, P. (2003a), “Torres Novas - Sinais urbanos: do medievo ao moderno”, in Nova Augusta, nº15, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- LIBERATO, M, et al (2012) – “Algumas considerações em torno de dois elementos arquitetónicos alto-medievais de Torres Novas”, in Nova Augusta, nº24, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- LOURENÇO, S. et al (2000), “A intervenção arqueológica da Igreja da Misericórdia (Torres Novas) ”, in Nova Augusta, nº12. Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- LOURENÇO, Sandra; ZAMBUJO, Gertrudes (2000) – “A estrutura de combustão de Barreiros (Riachos)”, in: Nova Augusta, nº 12, Torres Novas, Biblioteca Municipal de Torres Novas.
- LOURENÇO, S. e ZAMBUJO, G (2014) – “A Arqueologia Torrejana: para lá da investigação, uma oportunidade cultural, in Nova Augusta n.º 26. Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- LIBERATO, M e SANTOS, H (2014) – “Antiga capela dos Anjos de Torres Novas: relatório preliminar de trabalhos arqueológicos (síntese), in Nova Augusta n.º 26. Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- LIBERATO, M. e SANTOS, H. (2017) “Fortaleza islâmica ou vila da “reconquista”? Uma abordagem arqueológica à afirmação de Torres Novas como povoado urbano”, in Nova Augusta n.º 29. Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- LOPES, Leonor Damas, ed. lit.; TRINDADE, Margarida Teodora, pref. (2001) - Confrarias medievais da região de Torres Novas: os bens e os compromissos. Torres Novas: Câmara Municipal, 2001.
- LOPES, J. (1998) - Torres Novas e o seu termo no meio do século XVIII, Torres Novas, Âmagô da Questão;
- LOPES, J, MARTINS, L, TEODORA, M (2000) – Memórias da História 1190 Torres Novas 2000. Roteiro. Município de Torres Novas.

- LOPES, G. (2007) – “Um cantil almóada em Torres Novas”, in Nova Augusta, n.º 19. Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- LOURENÇO, S. (2002), “A ocupação medieval na rua Tenente Valadim, nº1 a 3 (Torres Novas)”, in Nova Augusta, nº14, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- MANUPPELLA, G, et alli (2000) – Carta Geológica de Portugal na escala 1: 50 000 e Notícia Explicativa da Folha 27 –A, Vila Nova de Ourém, Instituto Geológico e Mineiro, Lisboa.
- MANUPPELLA, G, et alli (2006) - Carta Geológica de Portugal na escala 1: 50 000 e Notícia Explicativa da Folha 27 –C, Torres Novas, Instituto Geológico e Mineiro, Lisboa.
- MACHADO, J. L. Saavedra (1964) – “Subsídios para a História do Museu Etnológico do Dr. Leite Vasconcelos”, in: O Arqueólogo Português, Série II, Vol. V, Lisboa, Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos.
- MAURICIO, J. (1987) – “Contribuição para o conhecimento da pré-história do concelho de Torres Novas”. In Almondinha. Torres Novas.
- MARTINS, Alfredo Fernandes (1949) - Maciço Calcário Estremenho – Contribuição para um estudo de geografia Física. Coimbra.
- MANTAS, Vasco G. (1989) - “Vias romanas da região de Tomar: os miliários”, in Actas do Seminário O Espaço Rural na Lusitânia. Tomar e o seu Território Tomar.
- MARTINS, A (2007) “Arte rupestre no concelho de Torres Novas: a Lapa dos Coelho”, in Nova Augusta n.º 19. Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- MONTEIRO, António Nunes (1999) – “A Villa Cardílio” in: Nova Augusta, nº 11, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- PAÇO, Afonso do ZBYSZEWSKI, Georges e FERREIRA, Octávio da Veiga (1971) – “Resultado das escavações na Lapa da Bugalheira (Torres Novas)”. In Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa. 55.
- PAÇO, Afonso do VAULTIER, Maxime e ZBYSZEWSKI, Georges (1947) – “Gruta da nascente do rio Almonda”. In Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Porto. 11:12.
- PINTO, A e SOUSA, V (2018) – Relatório preliminar das intervenções realizadas em “Santa Maria, Rua General Cesar Vasconcelos e Largo do Salvador (relatório policopiado).
- PINTO, A (2021) – Nota Técnica da intervenção realizada no “Terreiro de St.ª Maria e Largo do Salvador” (relatório policopiado).
- PONTE, Salette da (1995) – “Achegas para a Carta Arqueológica de Tomar”. Portugal, Nova Serie, vol. XVI.
- PONTE, Salette da (1996) - Um forno romano (?) em Assentiz. In Almadan. Almada. 2ª Série: 5.
- SANTOS, D (2011) - “Dialogar com um Centro Histórico: O tecido urbano de Torres Novas à luz da História da Arte”. Actas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente.
- SANTOS, H et alli (2018) – “Uma exploração de salitre em época moderna: resultados dos trabalhos arqueológicos nas Grutas de Lapas”. in Nova Augusta, nº 30. Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas
- STEA (1986) – “Neolítico na Sala do Ricardo”. In Almondinha. Torres Novas. 1.
- RAMALHO, M (2007) – “Arqueologia da Arquitetura: o desvendar do percurso histórico de um edifício”. Conferencia proferida no Seminário Univer(s)idade – desafios e propostas de uma candidatura a Património da Humanidade, Coimbra.
- RIBEIRO, J., MAURÍCIO, J. e SOUTO, P. (1999) - “O Paleolítico inferior na região de Torres Novas. Novos elementos para o seu estudo”, in: Nova Augusta n.º11
- RIBEIRO, J.P.C. (2011) – “A Jazida paleolítica de Castelo Velho (Riachos, Torres Novas), novos elementos para o seu estudo: a indústria lítica do locus 2.”. APEQ

- ROCHA, F. C. (1991) — “Torres Novas nos primórdios da industrialização. Séculos XVIII-XIX”, Nova Augusta, 5, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- RAMOS, R. (2020) – “O arrabalde da Vila de Torres Novas: novos dados a partir dos contextos arqueológicos da Rua Almirante Reis”, in: Nova Augusta n.º 32. Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- SANTOS, D. (2011) - “Dialogar com um Centro Histórico: O tecido urbano de Torres Novas à luz da História da Arte”. Actas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente.
- SANTOS, H et alli (2018) – “Uma exploração de salitre em época moderna: resultados dos trabalhos arqueológicos nas Grutas de Lapas”. in Nova Augusta, nº 30. Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas
- SOUSA, Jorge M. S. (1999) - “Três povoados fortificados do concelho de Torres Novas”, in: Nova Augusta n.º11.
- SOUSA, Vanessa (2011) – “Sobre um forno de época moderna”, in: Nova Augusta n.º 23. Câmara Municipal de Torres Novas.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos (1949) – Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Santarém, vol. 5. Lisboa.
- SERRÃO, Vitor (2012) – As igrejas do Salvador, São Tiago e São Pedro de Torres Novas. Gráfica Almondina.
- TENTE, Catarina; LOURENÇO, Sandra (2016) “A ocupação da Idade do Ferro da Galeria da Cisterna (sistema cársico da nascente do Almonda, Torres Novas)2. Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa. 19.
- TRIÃES, Ricardo (2008) – “Materiais do sítio do Casal do Minhoto (Riachos, Torres Novas)”. Conimbriga, vol. XLVII.
- ZBYSZEWSKI, Georges e FERREIRA, Octávio da Veiga (1973) – “Contribuição para o conhecimento do paleolítico da região de Torres Novas”. In Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa. 56.
- ZILHÃO, J. MAURICIO, J. SOUTO, P (1991) – “A arqueologia da gruta do Almonda (Torres Novas). Resultados das escavações”. Actas das IV Jornadas Arqueológicas. Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- ZILHÃO, João Carlos Teiga, MAURÍCIO, João e SOUTO, Pedro (1993) – “Jazidas arqueológicas do sistema cársico da nascente do Almonda”. In Nova Augusta n.º7. Torres Novas.
- ZILHÃO, João (1997) – “O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa2, Vol. I e II, Lisboa, edições Colibri.
- ZILHÃO, J.; ANGELUCCI, D.; AUBRY, Th.; BADAL, E.; BRUGAL, J.-Ph.; CARVALHO, R.; GAMEIRO, C.; HOFFMANN, D.; MATIAS, H.; MAURÍCIO, J.; NABAIS, M.; PIKE, A. W. G.; PÓVOAS, L.; RICHTER, D.; SOUTO, P.; TRINKAUS, E.; WAINER, K.; WILLMAN, J. (2013) – “A Gruta da Oliveira (Torres Novas): uma jazida de referência para o Paleolítico Médio da Península Ibérica”, in ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (eds.), Arqueologia em Portugal – 150 Anos, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.

Sites consultados:

PC, IP - Endovélico <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/>

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico: www.monumentos.pt

Câmara Municipal de Torres Novas: www.cm-torresnovas.pt

Anexo I

Registo Cartográfico

Anexo II

Registo Fotográfico

Anexo III

Fichas de Ocorrência

Anexo IV

**Ficha de Sítio/Aprovação
dos Trabalhos**

ANEXO 7.2 – Anexo Fotográfico



Fot. 1 – Vista geral da área onde será instalada a unidade de biometano.



Fot. 2 – Outra vista da área.



Fot. 3 – Traçado do gasoduto



Fot. 4 – Ponto de ligação.



Fot. 5 – Traçado da LE



Fot. 6 – Ponto de ligação.

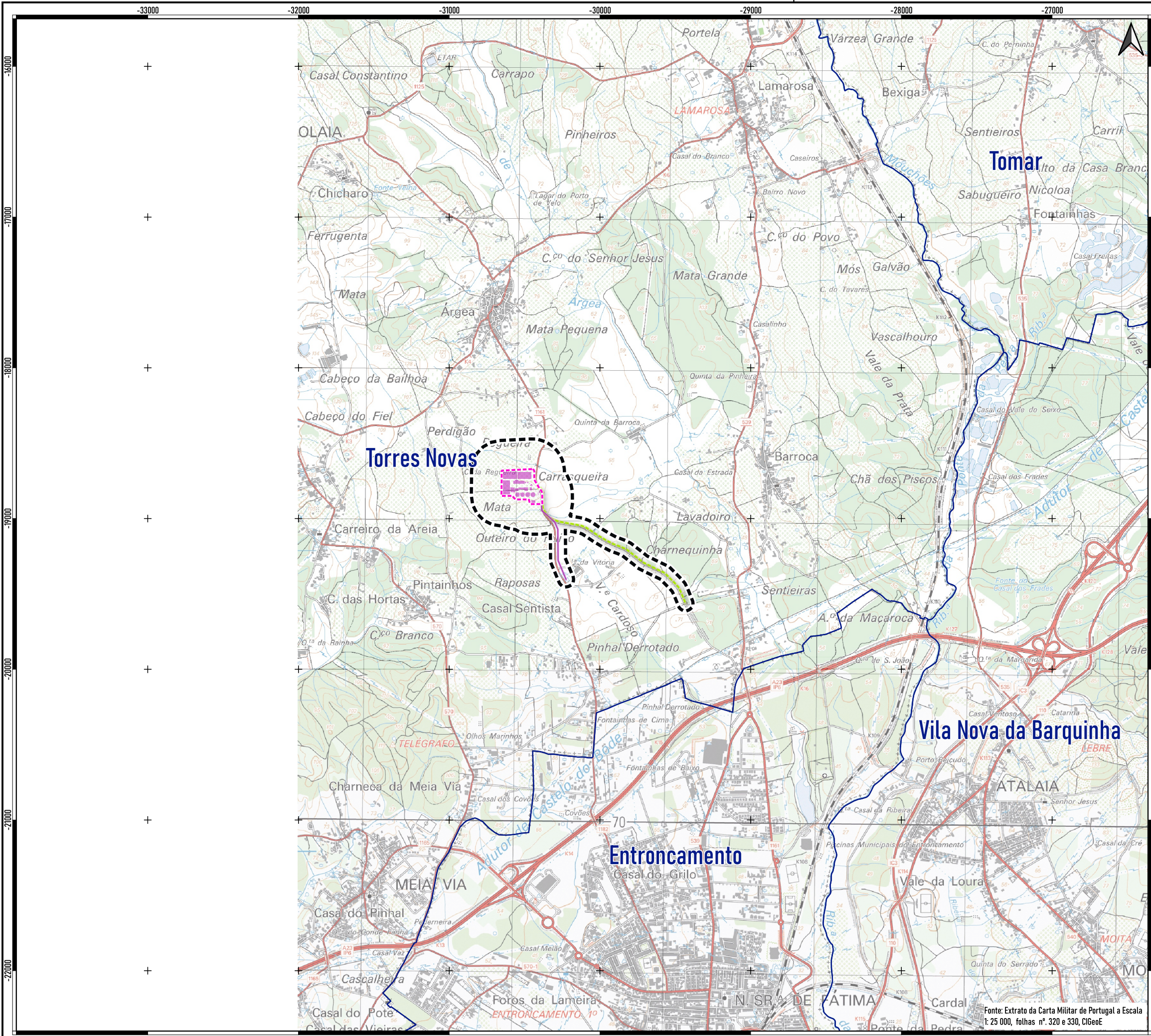


Fot. 7 – OP1 “Mata” locus a)



Fot. 8 – OP1 “Mata” locus b)

ANEXO 7.3 – Peças Desenhadas



Sistema de Coordenadas: ETRS89/PT-TM06
Elipsóide: GRS80
Projeção: Transversa de Mercator

Fonte: Extrato da Carta Militar de Portugal a Escala 1:25 000, folhas n.º 320 e 330, CIGeoE

0 0.5 1 km

Escala: 1/25 000

Nome do projeto:

Unidade de Produção de Biometano de Torres Novas

Título:

Enquadramento administrativo do projeto

N.º Figura:

1

Legenda:

- Limite da área de estudo
- Área Implantação UPB de Torres Novas
- Projeto
- Gasoduto
- Servidão do gasoduto
- Linha Elétrica 30 kv
- Servidão da linha elétrica

Limite administrativo

Limite de concelho

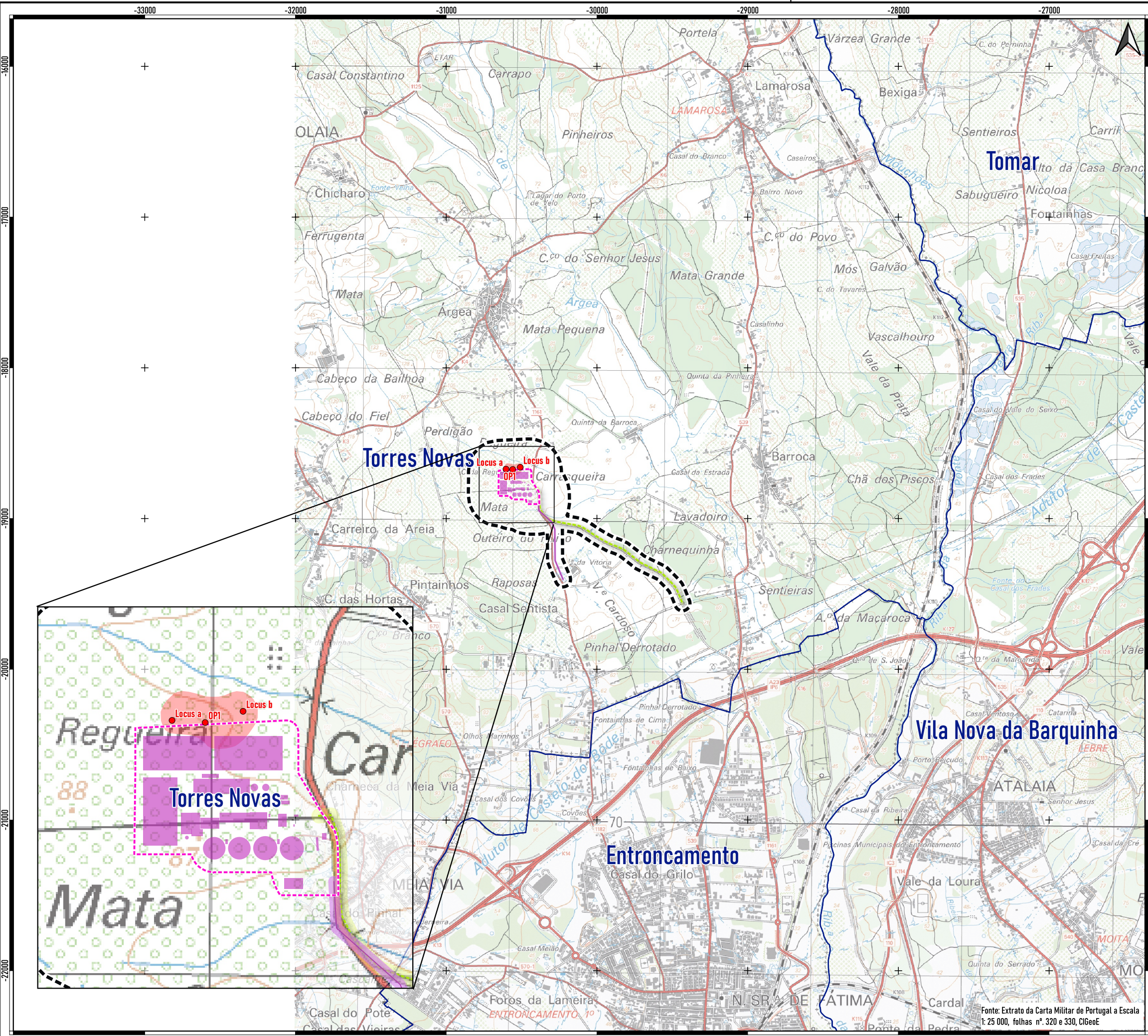
Fonte: CAOP 2024, dgterritorio



Responsabilidade técnica:

Adelaide Pinto

Execução técnica:



Sistema de Coordenadas: ETRS89/PT-TM06
Elipsóide: GRS80
Projeção: Transversa de Mercator

Fonte: Extrato da Carta Militar de Portugal a Escala 1:25 000, folhas n.º 320 e 330, CIGeoE

0 0.5 1 km

Escala: 1/25 000

Nome do projeto:

Unidade de Produção de Biometano de Torres Novas

Título:

Carta do Património

N.º Figura:

2

Legenda:

Arqueologia

- Ocorrência patrimonial

N.º	Designação
OP1	Mata

Limite administrativo

- Limite de concelho

Fonte: CAOP 2024, dgterritorio

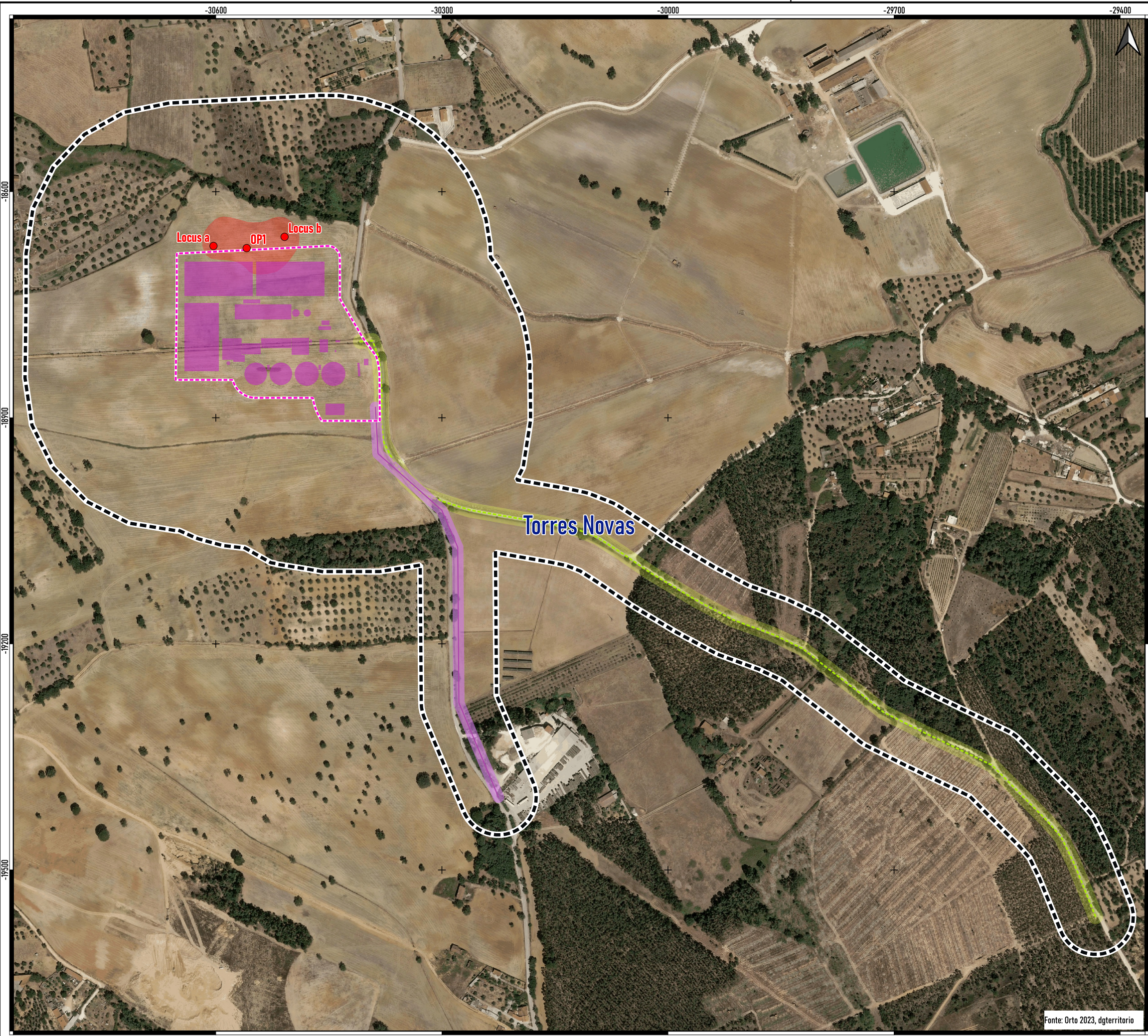
ARQUEOLOGIA

LOCO

Responsabilidade técnica:

Adelaide Pinto

Execução técnica:



Nome do projeto:
Unidade de Produção de Biometano de Torres Novas

Título:
Implantação do projeto no ortofotomapa

Nº. Figura:
3

Legenda:

Arqueologia

● Ocorrência patrimonial

Nº	Designação
OP1	Mata

--- Limite da área de estudo

--- Área Implantação UPB de Torres Novas

Projeto

Gasoduto

Servidão do gasoduto

Linha Elétrica 30 kv

Servidão da linha elétrica

Limite administrativo

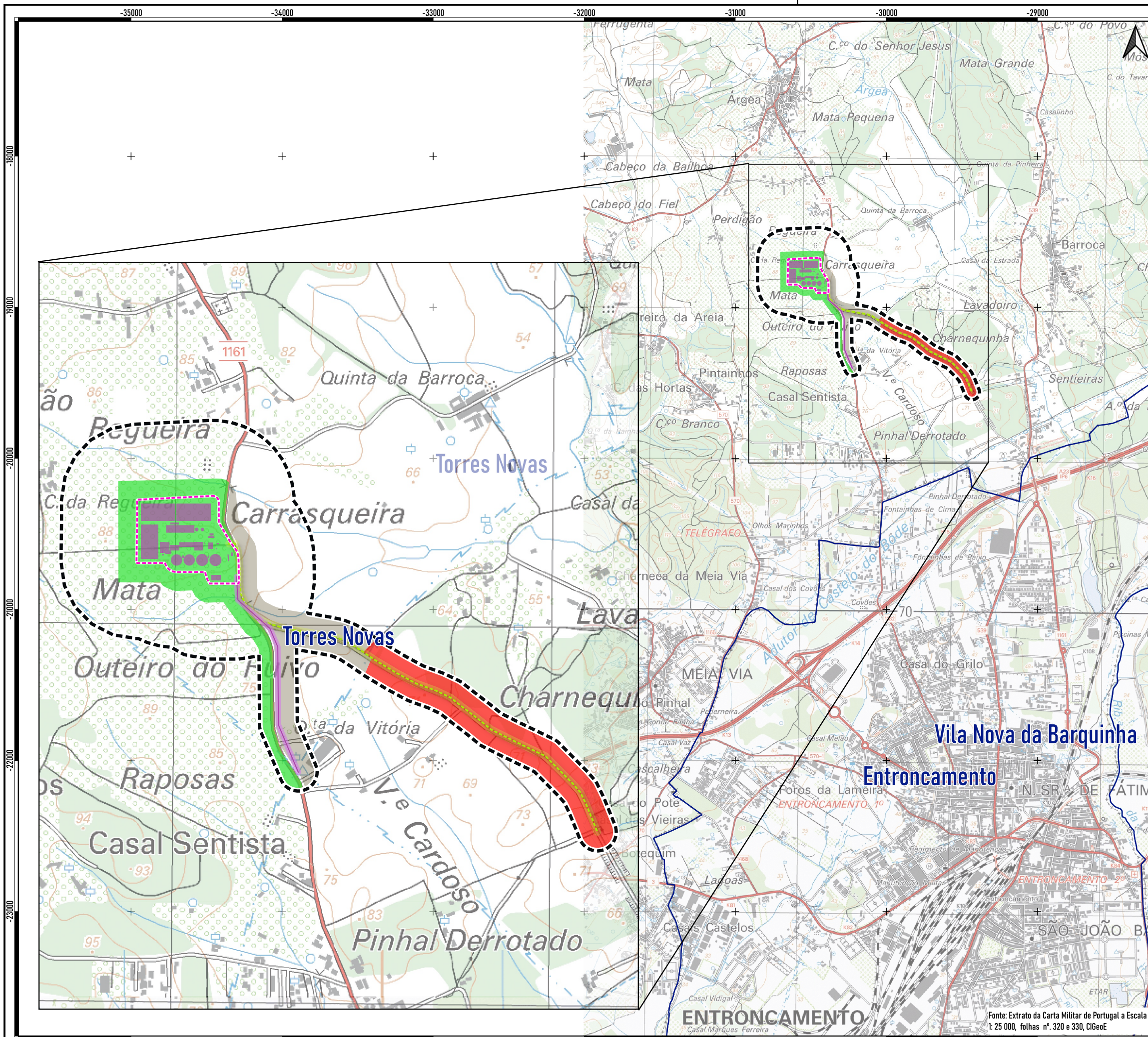
--- Limite de concelho

Fonte: CAOP 2024, dgterritorio

ARQUEOLOGIA LOCO

Responsabilidade técnica:
Adelaide Pinto

Execução técnica:



Nome do projeto:

Unidade de Produção de Biometano
de Torres Novas

Título:

Carta de Visibilidades do solo

Nº. Figura:

4

Legenda:

Visibilidade do solo

- Boa
- Reduzida
- Área Vedada

Limite da área de estudo

Área Implantação UPB de Torres Novas

- Projeto
- Gasoduto
- Servidão do gasoduto
- Linha Elétrica 30 kv
- Servidão da linha elétrica

Limite administrativo

Limite de concelho

Fonte: CAOP 2024, dgterritorio

ARQUEOLOGIA
LOCO

Responsabilidade técnica:

Adelaide Pinto

Execução técnica:

Fonte: Extrato da Carta Militar de Portugal a Escala
1:25 000, folhas nº. 320 e 330, CIGeot

0 0.5 1 km

Escala: 1/25 000

Sistema de Coordenadas: ETRS89/PT-TM06
Elipsóide: GRS80
Projeção: Transversa de Mercator

ANEXO 7.4 – Ficha de Ocorrência Patrimonial

Esta página foi deixada propositadamente em branco

Ficha de Ocorrência Patrimonial

Projeto: Unidade de Produção de Biometano de Torres Novas

Designação: Mata Nº. Inventário: OP1
CNS: /

Área do Projeto: Unidade de Biometano Infra-estrutura: /

Localização

Distrito: Santarém Concelho: Torres Novas

Freguesia: Olaia e Paço Lugar: /

Coordenadas: WGS 84 M - 39.499538 39.499650 P - -8.488900 -8.487804 A - 82m Folha da C.M.P.: 320

Descrição

Patr. Arqueológico ☒ Patr. Arquitectónico ☐ Patr. Etnográfico ☐ Tipo de Sítio: Mancha de materiais

Cronologia: Paleolítico Superior

Espólio: Lascas de quartzito e sílex, 1 núcleo em quartzito um denticulado em sílex e alguns termoclastos

Disp. Materiais: 7000m² Tipo de Dispersão: Dois núcleos de maior concentração

Uso do Solo: Agrícola Coberto Vegetal: Sem vegetação

Visibilidade do Solo Boa ☒ Razoável ☐ Reduzida ☐ Nula ☐

Acessos: Estrada 1161 que liga Casal Sentista a Olaia, terreno à esquerda mais elevado

Descrição: Mancha de materiais líticos de provável cronologia do Paleolítico Superior, constituída maioritariamente por lascas em quartzito, embora se tenha identificado cerca de uma dezena em sílex. Destaca-se a identificação de um utensílio em sílex (denticulado). Foi ainda identificado um conjunto de termoclastos. Os materiais encontram-se dispersos por uma área de cerca de 7000m², com duas áreas de maior concentração [locus a) e b)], coincidente com a existência à superfície de depósitos mais arenosos.

Categoria de Protecção: /

Observações: /

Geologia e Geomorfologia

Contexto Geológico: Quaternário Topografia: Plataforma junto a uma linha de água

Visibilidade: Média Controlo Visual: Médio

Avaliação Patrimonial

Fiabilidade de Observação: Boa ☒ Razoável ☐ Insuficiente ☐Potencial Científico: Elevado ☐ Médio ☒ Baixo ☐Estado de Conservação Bom ☐ Regular ☐ Mau ☐ Indeterminado ☒

Avaliação do Impacte

Tipo de Impacte: Sem impacte ☐ Com Impacte Directo ☒ Indirecto ☐Valor Patrimonial / Magnitude do Impacte: Elevado ☐ Médio ☒ Reduzido ☐ Nulo ☐Distância ao Proj.: AID Probabilidade de Impacte: Certo ☒ Provável ☐ Pouco provável ☐ Anulável ☐Significância: Muito Significativos ☐ Significativos ☒ Pouco Significativos ☐ Sem Significância ☐

Medidas de Minimização

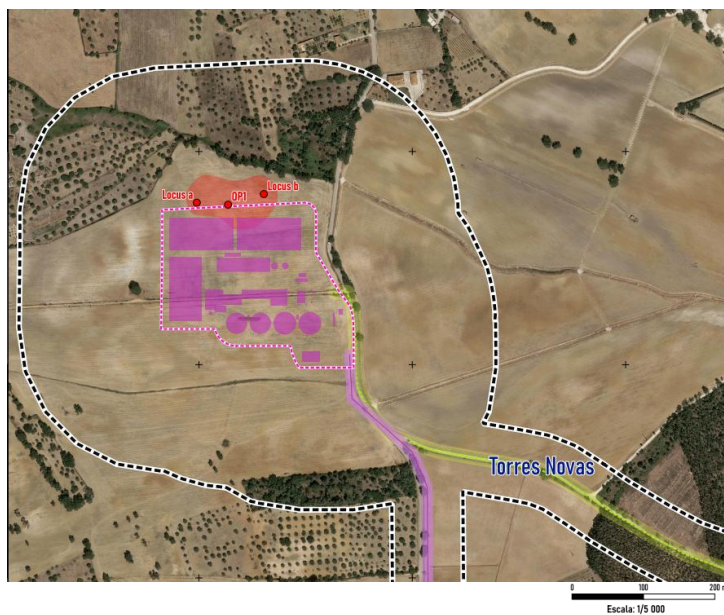
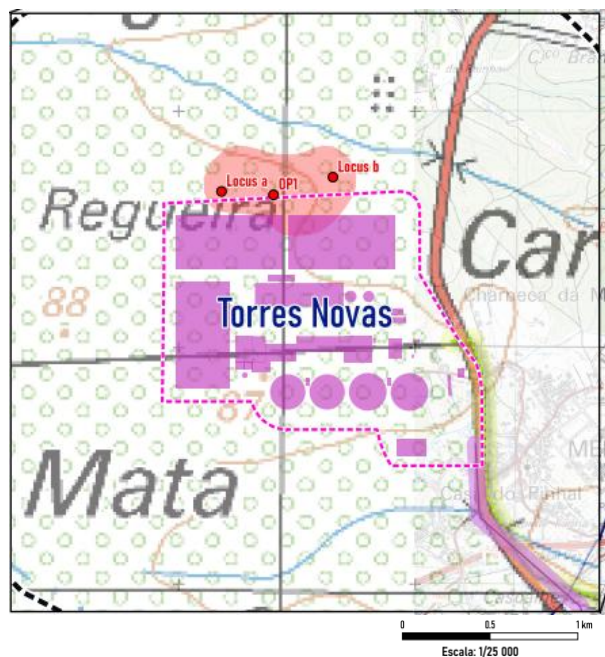
Nível 1 ☐ Nível 2 ☒ Nível 3 ☒

Especificar:

Sondagens manuais de diagnóstico prévias à fase de construção
Acompanhamento Arqueológico

Elementos Gráficos

Localização



Fotos



Bibliografia: Inédito

ANEXO 7.5 – Ficha do Sítio/Trabalho Arqueológico

Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico
(para acompanhar o relatório)

Sítio Arqueológico

Designação

Distrito

Concelho

Freguesia

Lugar

C.M.P. 1:25.000 folha n.º

Altitude (m)

Coordenada X

Coordenada Y

Tipo de sítio *

Período cronológico *

Descrição do sítio (15 linhas)

Bibliografia

Proprietários

Classificação *

Decreto

Estado de conservação *

Uso do solo *

Ameaças *

Protecção/Vigilância *

* Preencher de acordo com a lista do *Thesaurus* do ENDOVÉLICO. Essa lista poderá ser consultada em: www.igespar.pt

Acessos

--

Descrição do Espólio

--

Local de depósito

--

Trabalho Arqueológico Anual

Arqueólogo responsável

--

Tipo de trabalho *

--

Datas: de início

--

de fim

--

duração (em dias)

--

Projecto de Investigação

--

Objectivos (10 linhas)

--

Resultados (15 linhas)

--

* Preencher de acordo com a lista do *Thesaurus* do ENDOVÉLICO. Essa lista poderá ser consultada em: www.igespar.pt

PARECER

Concordo com o proposto.

Envie-se ao Património Cultural, I.P., no uso das competências que me foram subdelegadas por Despacho n.º 4263/2025, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 67, de 4 de abril, e para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 9.º da Portaria n.º 404/2023, de 5 de dezembro.

Diretora de Unidade



Cristina Polena Pacheco
29-10-2025

Visto. Face ao exposto, propõe-se a emissão de parecer Favorável.

À consideração superior

Chefe de Divisão



António Batarda Fernandes
29-10-2025

DESPACHO

Aprovo nos termos propostos.

Ana Sofia Gomes
Chefe da Divisão de Arqueologia, Territórios e Valores Ambientais
por delegação de competências
Património Cultural, IP
Palacete Vilar de Allen, Rua António Cardoso, 175,
4150-081 Porto, Portugal
Palácio Nacional da Ajuda (Ala Norte), Largo da Ajuda, 1349-021 Lisboa
T. +351 226 000 454 T. +351 213 614 200
Email: geral@patrimoniocultural.gov.pt

Referência

I32711-202510-UC/DPC

Número de Processo

450.10.230.00989.2025

Data

29/10/2025

ASSUNTO:

PATA - prospeção: Estudo de Impacte Ambiental da Unidade de produção de Biometano de Torres Novas - Olaia e Paço - Torres Novas.

ENQUADRAMENTO LEGAL

A presente apreciação fundamenta-se nas disposições da legislação em vigor, nomeadamente:

- Lei nº 107/2001 de 8 de setembro, na sua redação atual, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural;
- Decreto-Lei nº 164/2014, de 4 de novembro, que aprova o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (RTA);
- Decreto-Lei nº 140/2009, de 15 de junho, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal;
- Decreto-Lei nº 309/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda;
- Decreto-Lei nº 164/2014, de 4 de novembro, que aprova o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (RTA);
- Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação (RJUE);
- Lei nº 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual, que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhe são aplicáveis;
- Decreto-Lei nº 78/2023 de 4 de setembro, que procede à criação do Património Cultural, I. P., e aprova a respetiva orgânica;
- Decreto-Lei nº 36/2023 de 26 de maio, que procede à conversão das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional em institutos públicos;
- Portaria nº 404/2023 de 5 de dezembro, que aprova os Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

PARECER TÉCNICO DE ARQUEOLOGIA

1. A arqueóloga Maria Adelaide Costa Pinto submeteu via Portal do Arqueólogo o PATA relativo aos trabalhos de prospeção arqueológica a realizar no âmbito do Estudo de Impacte Ambiental do projeto “Unidade de Produção de Biometano”, freguesia de Olaia e Paço, em Torres Novas, os quais são enquadrados na Categoria C do RTA.

2. O formulário do PATA vem instruído com os seguintes elementos referidos no Artigo 7.º do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (RTA):

2.1. Cartografia com a localização do projeto e sinalização das áreas a prospetar; indicação da constituição da equipa; plano de trabalhos; indicação do local de depósito do espólio durante a realização dos trabalhos de campo e realização do relatório; declaração da entidade contratante – Quadrante, Engenharia e Consultadoria, S.A. – e entidade enquadrante – In Loco – sobre a disponibilização dos meios necessários à execução dos trabalhos; descrição técnica do projeto e peças desenhadas; declaração do promotor – Gás da Terra – Sociedade de Reconversão de Resíduos Agrícolas em Energia, Lda – em como autoriza a realização dos trabalhos arqueológicos.

3. A descrição técnica do projeto refere que se pretende a construção de unidade industrial para produção de biogás; *«A produção de biogás a partir de subprodutos orgânicos representa uma das tecnologias mais consolidadas no domínio da bioenergia, desempenhando um papel estratégico na concretização dos princípios da economia circular. Este processo baseia-se na digestão anaeróbia, tecnologia que transforma resíduos orgânicos biodegradáveis em biogás — uma fonte renovável de energia — e em digerido, um subproduto potencialmente valorizável como biofertilizante.»*; o biogás

produzido pode ser convertido em biometano com características equiparáveis às do gás natural, e adequado para injeção na rede de gás natural.

4. O plano de trabalhos arqueológicos refere o seguinte:

4.1. A unidade a construir ocupará uma área de 5 hectares e prevê a construção de Digestores (Dois primários e dois secundários); Lagoas de Armazenamento; Instalações para resíduos sólidos; Infraestruturas de apoio; Redes Técnicas; Rede de Logística e Circulação; Instalações ambientais e de segurança; como projetos complementares encontram-se ainda em estudo, um gasoduto e uma linha elétrica;

4.2. Pretende-se efetuar a caracterização do património arqueológico, arquitetónico e etnográfico, identificar e avaliar os impactes resultantes da implementação do projeto e aplicar as medidas de minimização mais adequadas;

4.3. Para efeitos do presente estudo considera-se o seguinte:

- Área de Estudo (AE) – engloba a AID, a AII e a ZE
- Área de Incidência Direta (AID) – corresponde à área diretamente afetada pelo projeto e onde serão realizados trabalhos de prospeção sistemática
- Área de Incidência Indireta (AII) – corresponde à área envolvente ao projeto com uma largura de cerca de 50m, que será objeto de prospeção arqueológica sistemática
- Zona de Enquadramento (ZE) – corresponde à faixa com 1 km que envolve a área do projeto, objeto pesquisa bibliográfica e documental, análise toponímica e geomorfológica.

4.4. Proceder-se-á à:

- Pesquisa bibliográfica e documental, consulta das bases de dados patrimoniais e a análise de cartografia;
- Relocalização dos sítios identificados na pesquisa bibliográfica e documental;
- Prospeção sistemática da área do projeto, tendo por base a circular 'Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Avaliação de Impacte Ambiental' da ex-DGPC;
- Registo fotográfico ilustrativo das ocorrências patrimoniais identificadas e sua integração paisagística;
- Registo de vestígios patrimoniais através de uma ficha-tipo e materialização do correlativo inventário na Carta do Património Arqueológico, Arquitetónico e Etnográfico;
- Identificação e avaliação de impactes sobre cada ocorrência patrimonial objeto de referenciação e proposta de medidas de minimização nas diferentes fases de implementação do projeto;

4.5. Apresenta ainda a descrição do estado atual dos conhecimentos, o enquadramento histórico-arqueológico da área do projeto e indica a bibliografia de referência;

4.6. Os trabalhos estão previstos decorrerem logo após a sua aprovação pela Tutela e assegurados pela requerente e por um técnico de arqueologia e um desenhador.

6. No que respeita ao cumprimento de obrigações decorrentes do exercício da atividade arqueológica, nomeadamente o estipulado na alínea a) do n.º 7 do Artigo 6.º do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, conjugado com os prazos previstos no Artigo 14.º do mesmo diploma, relativo à entrega e aprovação de relatórios anteriores, verifica-se que a requerente e a entidade enquadrante têm relatórios em situação irregular.

7. Em face do exposto, propõe-se que sejam autorizados os trabalhos arqueológicos referidos em epígrafe.

8. Adverte-se ainda a requerente e a entidade enquadrante para o cumprimento das obrigações relativas a trabalhos anteriormente autorizados, estipuladas na alínea *a)* do n.º 7 do artigo 6.º do Regulamento, em conjugação com os prazos previstos no artigo 14.º para entrega e aprovação de relatórios finais, no artigo 17.º para publicação de resultados e no artigo 18.º para depósito de espólio e para a comunicação obrigatória das datas de início, de eventuais interrupções e da conclusão de trabalhos arqueológicos, para efeitos de fiscalização e acompanhamento técnico, para o endereço eletrónico geral@ccdr-lvt.pt

9. Mais se informa que desde 02.09.2024 a CCDR-LVT disponibiliza o endereço <https://www.ccdr-lvt.pt/formularios/relatorio-de-trabalhos-arqueologicos/> onde **deverão obrigatoriamente ser submetidos os relatórios técnicos e notas técnicas de intervenções arqueológicas** para efeitos de análise e parecer por parte da CCDR-LVT. O referido formulário está disponível na página de Formulários do sítio na internet da CCDR-LVT (<https://www.ccdr-lvt.pt/formularios/>), devendo ser seguidas as regras de submissão estipuladas nessa página e a respetiva versão física ser remetida exclusivamente para o Património Cultural, I.P. nas suas instalações no Palácio Nacional da Ajuda.

Propõe-se que o teor da presente informação seja comunicado à **Dra. Maria Adelaide Costa Pinto**, à empresa **IN LOCO, Arqueologia** e à **Câmara Municipal de Torres Novas**.

À Consideração Superior
A Técnica



Gertrudes Santos Zambujo
29-10-2025